

OS FRACASSOS DE JOÃO ROMÃO E RUBIÃO

André Dutra Boucinhas*

Resumo

No texto, procura-se compreender o papel do consumo e do comportamento apropriados entre as condições para uma pessoa ser vista como membro da mais alta hierarquia social, no Rio de Janeiro, no último quartel do século XIX. Para isso, compara-se a trajetória de personagens elaboradas por dois autores conhecidos pela preocupação em representar a realidade social brasileira e sua época: Aluísio de Azevedo e Machado de Assis.

Palavras-chave

Ascensão Social; Literatura Brasileira; Práticas de Consumo; Segundo Reinado.

Abstract

This article aims to understand the role of appropriate consumption habits and social behavior as conditions for someone to be seen as part of the elite, in Rio de Janeiro in the last quarter of the nineteenth century. It compares the path of characters created by two writers well known for their concern to represent social reality in their time: Aluísio de Azevedo and Machado de Assis.

Keywords

Brazilian Literature; Brazilian Second Reign; Consumer Habits; Social Climbing.

* Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói - RJ - Brasil. E-mail: andredb@hotmail.com

Introdução

Um português, proprietário de um grande e lucrativo estabelecimento em Botafogo, enriquecido no comércio, no Segundo Reinado, seria considerado um membro da mais alta hierarquia social? E um brasileiro, branco, morador da Praia de Botafogo, herdeiro de uma quantia de mais de trezentos contos, vivendo de rendas como sócio de um comerciante bem sucedido? São dois exemplos distintos, mas resposta é a mesma: não necessariamente.

O que alguém, que não pertencesse às grandes famílias, deveria fazer para ser visto e aceito como um par entre as pessoas de maior prestígio no Brasil, ao final do II Reinado? A ascensão social tornou-se um fenômeno muito comentado naquele momento, pois nunca fora tão comum. A literatura da época é uma ótima fonte para investigarmos o tema, até porque não são muitos os documentos que nos permitem acompanhar detalhes da vida de uma mesma pessoa ao longo do tempo, enquanto que, por outro lado, romances, contos, crônicas não tardaram em retratar o processo. Evidentemente, – mas isso vale para qualquer fonte histórica – é preciso usá-la com cuidado, para não tomarmos o ponto de vista e intenção do autor pela realidade. Ao mesmo tempo, não há como negar que elas são parte dessa mesma realidade.

Como não existem regras explícitas para a ascensão social, analisar como um escritor pensou o fenômeno – indicando em suas obras o que se fazia (ou o que deveria ser feito) e quais as chances de sucesso – nos dá uma chave para entender a ascensão social em si e, principalmente, uma visão contemporânea sobre ela. Comparar dois ou mais autores, sob esse aspecto, também nos ajuda a examinar a própria literatura do final do Oitocentos, pois se trata de um tema recorrente, e permite compreender um dos motivos (dentre vários, decerto) da boa ou má aceitação da obra. Um romance que apresentasse uma situação pouco verossímil, no contexto realista em que vivia a literatura brasileira daquele momento, provavelmente teria uma acolhida mais fria do público.

Passemos então aos pretendentes ao mundo da elite.

João Romão

O nosso primeiro candidato é João Romão, protagonista do romance de Aluísio de Azevedo, *O cortiço*, considerada por muitos como o principal romance naturalista escrito no Brasil. Segundo Alfredo Bosi, somente nela o autor

atinou de fato com a fórmula que se ajustava ao seu talento: desistindo de montar um enredo em função de pessoas, ateve-se à seqüência de descrições muito precisas onde cenas coletivas e tipos psicologicamente primários fazem, no conjunto, do cortiço a personagem mais convincente do nosso romance naturalista. Existe o quadro: dele derivam as figuras (BOSI, 1994, p. 190).

O próprio cortiço, portanto, ocupa o papel de principal personagem do livro, e representa todo e qualquer cortiço da Corte na década de 1870¹. Trata-se de observação fundamental, pois esse tipo de habitação abrigava grande parte dos segmentos mais pobres da sociedade e suas condições de vida eram extremamente precárias, sendo por isso responsabilizadas – pelas elites, evidentemente – pela disseminação de diversas epidemias e também de males morais. Azevedo, aparentemente concordando com esse diagnóstico, criou uma história onde todas as personagens são afetadas pela condição de moradoras do cortiço, que os faz passar por um inevitável processo de degradação. Como afirmou Bosi, “existe o quadro: dele derivam as figuras”.

1 A história narrada parece se passar na década de 1870 porque, apesar de não existir uma datação específica, alguns personagens discutem, logo no início do romance, sobre “o movimento abolicionista que principiava a formar-se em torno da Lei do Rio Branco” (p. 26), de 1871.

Vamos às figuras. Assim como o estabelecimento, também as personagens humanas procuram representar determinados estratos sociais, como as prostitutas, os capoeiras, as lavadeiras, os portugueses operários, as mulatas etc. Não obstante, não podemos perder de vista que o naturalismo pretendia ser realista, e por isso seus enredos e personagens deviam ser o mais verossímil possível.

Em *O cortiço*, o nosso foco estará voltado para João Romão e Miranda. Ambos pretendem ascender socialmente, mas a maneira pela qual tentam e o resultado obtido na empreitada são díspares e significativos. Começemos pelo primeiro deles, cuja apresentação ocorre logo na abertura do romance:

João Romão foi, dos treze aos vinte cinco anos, empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro de Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro.

Proprietário estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha. A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quitandeira sua vizinha (AZEVEDO, 1997, p. 13).

Subalterno em um estabelecimento 'sujo e obscuro', vê sua situação melhorar quando o patrão, ao decidir retornar a Portugal, – o que, de fato, ocorria com freqüência no Brasil oitocentista, – resolveu recompensá-lo deixando-lhe "nem só a venda com o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos". O mais interessante é que, mesmo estando bem financeiramente, permanece vivendo como se fosse pobre, em busca de mais dinheiro. Vejamos mais de sua trajetória: João Romão acerta em cheio quando resolve comprar alguns terrenos vizinhos e abrir um cortiço que alcança o número impressionante de 95 casinhas, pois, naquela época, "subiam os aluguéis; as propriedades dobravam de valor [...] e mal vagava uma das casinhas, ou um quarto, um canto onde coubesse um colchão, surgiam pretendentes" (AZEVEDO, 1997, p. 21 - 22). Além disso, com a abertura de uma fábrica de massas italianas e outra de velas, no bairro, a sua taverna passou a prosperar ainda mais. "E o dinheiro a pingar, vintém por vintém, dentro da gaveta, e a escorrer da gaveta para a burra, aos cinqüenta e aos cem mil-réis, e da burra para o banco, aos contos e aos contos" (AZEVEDO, 1997, p. 21).

Mesmo com todo esse lucro, o estilo de vida de João Romão continua igual. Ainda que esporadicamente se permita algum luxo, como na hora de celebrar a (falsa) liberdade de sua companheira Bertoleza – "Contra todo o costume, abriu-se nesse dia uma garrafa de vinho do Porto" (AZEVEDO, 1997, p. 14) –, a tônica continua sendo a da privação. Isso fica claro em diversos trechos, como, por exemplo: "a roupa (de João Romão) não era tanta e nunca passava em todo o mês de alguns pares de calças de zuarte e outras tantas camisas de riscado" (p. 15); "Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que [...] ninguém compraria; as suas galinhas produziam muito e ele não comia um só ovo, do que no entanto gostava imenso [...]" (AZEVEDO, 1997, p. 20).

Provavelmente o autor exagerou quanto às duras condições que João Romão se impôs, justamente porque seu objetivo era realçar um determinado tipo de atitude, mas a idéia de uma pessoa como ele abrir mão de conforto simplesmente para ficar mais rico devia fazer sentido aos contemporâneos. Ou seja, alguém que, por suas condições econômicas, poderia ser considerado como pertencente aos setores médios, – afinal de contas, era branco, proprietário de uma venda e de uma hospedagem popular, – vivia exatamente como se estivesse na pobreza, e isso não o afetava.

Aluísio Azevedo, entretanto, sabia que não poderia colocar uma personagem de qualquer estrato social e de qualquer ofício para exercer o papel de João Romão. Soaria estranho para seus leitores se criasse, por exemplo, um titular do Império, um barão do café ou um senador que abrisse mão de seus luxos cotidianos pela simples vontade de enriquecer ainda mais. Se fizesse parte dessa elite tradicional, o vendeiro teria

feito como o proprietário de outro cortiço de Botafogo que surge no romance, “um abastado conselheiro, homem de gravata lavada, a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulações, [...] e por isso figurava como seu dono um português” (AZEVEDO, 1997, p. 114). Caso fosse de uma família de grande prestígio, certamente nosso ganancioso amigo compraria logo um sobrado para morar, ou correria para as lojas de tecidos ingleses, móveis franceses, relógios americanos, talheres, talheres de prata etc. Sabereria, portanto, que os hábitos e costumes também determinavam o *status* de uma pessoa, e não somente os recursos financeiros. Este último era simplesmente um pré-requisito, necessário mas não suficiente, para penetrar no topo da sociedade. Aqueles que não entendiam essa regra estavam excluídos. Mas não nos adiantemos.

O rival: Miranda

A personagem que faz o contraponto a João Romão é Miranda. Português e dono de uma casa de negócio como o outro, ele aparece na história ao comprar um sobrado ao lado da venda de João Romão. O desejo de ambos de adquirir o imóvel vizinho serve como o motivo aparente para o conflito entre eles, porém percebemos que há mais por detrás disso. O autor caracteriza o Miranda como alguém com outro estilo de vida, mais sofisticado, com um comportamento próximo do que se espera das camadas altas. Quando soube, por exemplo, que o terreno ao lado se transformaria em cortiço, ficou enfurecido. A simples idéia de ter de esbarrar com a clientela desses estabelecimentos desagradava o Miranda, enquanto João Romão, desde que “enchesse seus burros de dinheiro”, não se incomodava de conviver e tratar com “toda a gentinha das redondezas (que) ia cair lá” (AZEVEDO, 1997, p. 21). O tipo de crítica que endereçava ao taverneiro também nos diz muito sobre ele: “aquele tipo! Um miserável, um sujo, que não pusera nunca um paletó, e que vivia de cama e mesa com uma negra!” (AZEVEDO, 1997, p. 23) Os dois elementos levantados para desmoralizar João Romão partiam da observação sobre com quem convivia e o que comprava, típicos de alguém de sua condição social.

Outro ponto merece destaque, por sua centralidade tanto para o romance como para estas observações: Miranda aspira a um título de nobreza. Ele acredita que isso servirá como compensador por ser casado com uma mulher que não ama (e que não o ama também), mas à qual está preso por necessidade do dote e por ter uma filha (de cuja paternidade ele desconfia). Essa aspiração só pode ser entendida como um projeto de alguém que compartilha determinadas práticas e expectativas típicas de uma elite do final do Oitocentos, pois estava completamente fora dos objetivos da maioria do povo. Já o Miranda faz desse sonho “o objeto querido da sua existência, muito satisfeito no íntimo por ter afinal descoberto uma coisa em que podia empregar dinheiro, sem ter, nunca mais, de restituí-lo à mulher, nem ter de deixá-lo a pessoa alguma” (AZEVEDO, 1997, p. 24). Mais tarde, o autor nos revela qual foi a estratégia adotada para alcançar o título, nos contando que João Romão vira o vizinho

cercado de amigos e rodeado de aduladores, vira-o dar festas e receber em casa as figuras mais salientes da praça e da política; vira-o luzir, como um grosso pião de ouro, girando por entre damas da melhor e mais fina sociedade fluminense; vira-o meter-se em altas especulações comerciais e sair-se bem; vira seu nome figurar em várias corporações de gente escolhida e subscrições, assinando belas quantias, vira-o fazer parte de festas de caridade e festas de regozijo nacional; vira-o elogiado pela imprensa e aclamado como homem de vistas largas e grande talento financeiro (AZEVEDO, 1997, p. 90).

Novamente encontramos o comportamento – cercar-se das pessoas “certas”, recebê-las em casa, participar de atos de caridade – e o consumo – ter a casa à altura dos convidados, doar dinheiro para causas nobres, realizar grandes festas – como a porta de entrada para atingir o topo. Gastar dinheiro, como pretendia o Miranda, para se tornar um titular do Império fazia sentido a pessoas de posição social elevada, e não

simplesmente ter o objetivo de acumular mais dinheiro, como João Romão.

Miranda, no entanto, também não seria o tipo ideal para aspirar a um posto tão alto de nossa sociedade, afinal, era um negociante português que viera para o Brasil sem muitos recursos, e que dependia do dote da esposa para manter seu padrão de vida. Ele, entretanto, percorre um caminho comum: o casamento com uma família tradicional. Em relação ao período colonial, Sheila de Castro Faria, entre outros historiadores, afirmou ter sido recorrente a união de comerciantes portugueses com proprietários de terra, levando prestígio aos primeiros e recurso aos segundos (FARIA, 1998, p. 212). Como não estamos tratando da mesma época ou de uma zona rural, como era o caso, encontramos diferenças relevantes. Ali, o prestígio era alcançado principalmente através do controle do acesso à terra, ainda que a tradição já desempenhasse um papel crucial. João Fragoso (2009) demonstrou como, em meados do século XVIII, pelo menos em algumas freguesias do Rio de Janeiro, descender dos primeiros conquistadores concedia um prestígio que não era reconhecido a outras famílias, mesmo sendo proprietárias de mais escravos, por exemplo.

Na Corte em 1870, o acesso à terra não era um fator relevante – e, de qualquer maneira, após a Lei de Terras, ela estava aberta a todos aqueles com dinheiro. A posse de escravos também perdia progressivamente seu papel, por estar com seus dias contados pela Lei Eusébio de Queirós. Nesse novo contexto, a tradição crescia de importância, o que o próprio Miranda reconhece quando afirma que só pode nutrir a esperança de titularidade porque sua mulher “herdara sangue nobre” (AZEVEDO, 1997, p. 24). É bem verdade que, ao lado de um nome de prestígio, os laços matrimoniais com esse grupo davam acesso privilegiado a pessoas que poderiam conceder favores como a indicação para uma candidatura ou para um cargo de destaque e o apoio público para o recebimento de um título ou publicação de uma obra. E, por último, pertencer a essas famílias permitia conhecer o código de comportamento necessário para ser um deles.

A tensão entre João Romão e Miranda funciona perfeitamente, mas ao leitor de hoje podem escapar detalhes cruciais que deram credibilidade a ela. Caso se tratasse o Miranda de algum nobre pertencente a uma família tradicional e com posição estabelecida há gerações, certamente a disputa entre ele e João Romão pareceria falsa aos contemporâneos. Ninguém poderia conceber um senador “batendo boca” com um dono de cortiço por uma disputa de imóvel, muito menos que se incomodasse com seu progresso financeiro. A rixa se torna verossímil, em primeiro lugar, por causa das semelhanças criadas pelo autor: portugueses, negociantes, vizinhos e sem ascendentes importantes. Miranda faz parte de outro nível social, mas sua ascensão era recente e, portanto, compreensível ao público o seu rebaixamento e comportamento desconjuntado com a sua posição. Aluísio Azevedo acrescentou ainda outro elemento fundamental para dar vida a essa rivalidade: Miranda, preso a um casamento infeliz, inveja a liberdade de João Romão. Esses fatores tornam plausível o ódio que sentem um pelo outro e, mais tarde, a aceitação mútua – ainda que apenas aparente.

A tentativa de ascensão

São esses pontos em comum que possibilitam a grande virada na história de João Romão, ocorrida no dia em que o vizinho alcançou a tão almejada meta e obteve o título de nobreza.

Ah! (João Romão) esse dia estava intolerante com tudo e com todos; por mais de uma vez mandara Bertoleza à coisa mais imunda, apenas porque esta lhe fizera algumas perguntas concernentes ao serviço. Nunca o tinham visto assim, tão fora de si, tão cheio de repelões [...].

E ninguém seria capaz de acreditar que a causa de tudo isso era o fato de ter sido o Miranda agraciado com o título de Barão.

Sim senhor! aquele taverneiro, na aparência tão humilde e miserável; aquele sovina que nunca saíra dos seus tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola; aquele animal que se alimentava pior que os cães, para pôr de parte tudo, tudo, que ganhava

ou extorquia; aquele desgraçado, que nunca jamais amara senão ao dinheiro, invejava agora o Miranda (AZEVEDO, 1997, p. 90).

O que estava em jogo, contudo, não era a condecoração em si, mas a própria rivalidade, tanto que não há qualquer referência a João Romão ter pensado nisso até aquele momento, assim como também não se menciona a vontade de nenhum dos moradores do cortiço de se tornar barão ou algo que o valha. O que existe não é cobiça pelo título, e sim despeito pelo vizinho ter conquistado uma vitória importante. Como afirmou o historiador Giovanni Levi para o Antigo Regime, mas que tem validade para uma sociedade de pouca mobilidade social como a que estamos vendo,

os conflitos e as solidariedades freqüentemente ocorriam entre iguais; estes competiam no interior de um segmento dado que se caracterizava pela existência de formas de consumo organizadas, hierarquizadas e intensamente investidas de valores simbólicos; que constituíam também uma ligação de solidariedade diante dos outros corpos ou estados (LEVI, 1992, p. 212).

O autor teve que criar uma situação bastante peculiar para fazer surgir em João Romão o desejo por um título de nobreza, mas, ao fazê-lo, nos deu a oportunidade de observar alguém como ele tentando pertencer a um grupo social mais elevado. Os seus temores, ao se dar conta do que teria que fazer para alcançar sua meta, são extremamente reveladores. A personagem mostra um conhecimento razoável do que deveria fazer: basicamente repetir as ações que vira o Miranda praticar; no entanto, intui que talvez a tarefa estivesse acima das suas capacidades, e também que não dependia totalmente dele o sucesso da empreitada. Nisso ele estava coberto de razão, como bem sabia Aluísio Azevedo, pois alguém só se torna membro de um grupo se assim é reconhecido pelos seus pares.

Estaria ele habilitado a possuir e desfrutar tratamento igual ao do vizinho?...

Dinheiro não lhe faltava para isso... Sim, de acordo! mas teria ânimo de gastá-lo assim [...] em troca de uma tetéia para o peito?... Teria ânimo de dividir o que era seu, tomando esposa, fazendo família e cercando-se de amigos?... Teria ânimo de encher de finas iguarias e vinhos preciosos a barriga dos outros, quando até ali fora tão pouco condescendente com a própria?... E, caso resolvesse mudar de vida radicalmente, unir-se a uma senhora bem educada e distinta de maneiras, montar um sobrado como o do Miranda e volver-se titular, estaria apto para o fazer?... **poderia dar conta do recado?... Dependia tudo isso somente de sua vontade?...** "Sem nunca ter vestido um paletó, como vestiria uma casaca?... com aqueles pés, deformados pelo diabo dos tamancos, criados à solta, sem meias, como calçaria sapatos de baile?... e suas mãos, calosas e maltratadas, duras como as de um cavouqueiro, como se ajustaria com a luva?... E isso ainda não era tudo! o mais difícil seria o que tivesse de dizer aos seus convidados!... Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?... Como se arranjar para conversar, sem dizer barbaridades? ..." (AZEVEDO, 1997, p. 92 - 93 - grifos nossos).

Poderia estender ainda um pouco mais a citação, pois João Romão se alonga bastante nas queixas acerca dele mesmo, culpando-se por não ter investido no seu bem-estar e por não ter tentado adquirir hábitos mais polidos. Adicionemos somente o seu lamento final: "Teria gasto mais, é verdade!... Não estaria tão bem!... mas, ora adeus! estaria habilitado a fazer do meu dinheiro o que bem quisesse!... Seria um homem **civilizado!...**" (AZEVEDO, 1997, p. 93 - grifo nosso). Ao utilizar o termo "civilizado", Aluísio Azevedo escreveu como sendo de João Romão aquilo que ele próprio devia pensar sobre a situação, pois a oposição entre elite "civilizada" e povo "primitivo" ou "selvagem" era um produto intelectual da própria elite, não internalizado pelas camadas populares. De qualquer maneira, o fato de aparecer na obra comprova que uma parte da sociedade pensava sob aqueles parâmetros.

Ainda há algumas palavras a serem ditas em relação ao projeto de ascensão social de João Romão. Em um determinado momento, ele se dá conta da necessidade de alterar não só suas roupas e seus hábitos, mas também a sua convivência cotidiana. Começa se afastando do gerenciamento diário do cortiço – tal e qual o proprietário do cortiço vizinho –, depois resolve mudar o próprio público da estalagem aumentando os

preços do aluguel, e, por fim, volta a atenção para a amásia, a negra Bertoleza. Precisa livrar-se dela, primeiro porque não pode mais conviver com esse tipo de pessoa – negra, pobre e (falsa) liberta –, e também por pretender se casar com a filha de Miranda, para finalmente entrar no mundo que tanto deseja, copiando novamente o método do vizinho. A este interessavam as riquezas de João Romão, e por isso tentavam os dois estreitar os laços, ainda que, na realidade, continuassem a se detestar. Sem saber como lidar com a situação, o ex-taverneiro acaba por entregar Bertoleza à polícia como escrava fugida, mesmo tendo sido ele mesmo o forjador da carta de alforria, sem contar-lhe nada para ficar com o dinheiro. O resgate acaba em suicídio da negra, cuja narração praticamente fecha o livro. Não ficamos sabendo, portanto, o desfecho da história de João Romão, e se conseguiu ou não a ascensão e o desejado título. Se dependesse da opinião da única representante legítima de famílias tradicionais que aparece no livro – D. Estela, a esposa de Miranda – ele não obteria sucesso. Mesmo no final do romance, quando os hábitos de João Romão já estavam bastante diferentes, ela ainda fazia questão de demonstrar sua indisposição com o futuro genro. Talvez porque ele, até o final do romance, parece confundir os hábitos de consumo adequados com gastos altos e aleatórios, pois

Se tinham de tomar alguma coisa, ele fazia vir logo três, quatro garrafas ao mesmo tempo, pedindo sempre o triplo do necessário e acumulando compras inúteis de doces, flores e tudo que aparecia. Nos leilões das festas de arraial era tão feroz a sua febre de obsequiar a gente do Miranda, que nunca voltavam para casa sem um homem atrás, carregado com os mimos que o vendeiro arrematava (AZEVEDO, 1997, p. 148).

Devia ser muito fácil para um observador “de fora” julgar que todos aqueles gastos em talheres, roupas importadas, pianos, entre outros, eram aquisições com o único intuito de exibir o poder econômico, e por isso pensar que qualquer compra alcançaria o mesmo resultado. De qualquer forma, cabe a cada um de nós imaginar o final de João Romão, pois nada fica indicado.

Algumas lições devem ser apreendidas dessa comparação entre a trajetória de João Romão e de Miranda. João Romão – um português, proprietário de imóveis e extremamente bem sucedido financeiramente – nos mostra que os costumes estão intimamente ligados ao círculo de convivência social que se mantém. Mesmo tendo dinheiro, ele permaneceu com o mesmo padrão de vida que tinha anteriormente. Claro que essa personagem específica era extremamente mesquinha e economizava mais do que seria razoável imaginarmos, contudo, aos leitores contemporâneos, isso devia parecer mais admissível do que alguém que convivia com ex-escravos, operários, desempregados e “toda a gentinha das redondezas”, se preocupar em ter um aparelho de jantar diversificado e importado da Inglaterra. Se há exagero na história de João Romão, ele está na sua mudança de comportamento, passando a ser mais sofisticado com demasiada pressa e sem maiores explicações. Em *Quincas Borba*, poderemos ver melhor a delicadeza e dificuldade dessa transição.

Consumo e hierarquia social

Mesmo descontada a falta de cuidado com a descrição da ascensão – ainda que parcial, já que o autor, inteligentemente, não definiu se ela foi completa –, não podemos deixar de verificar que estamos falando de uma sociedade com possibilidades de ascensão social até o topo, ainda que restritas. Isso se trata, no entanto, de mera manutenção de uma antiga característica da sociedade brasileira, que sempre permitiu em alguma medida essa escalada. Porém, havia algo de diferente naquele momento. Como vimos, durante parte do período colonial, a nobreza da terra regulava a entrada em seu grupo através da posse de terras e escravos em grandes quantidades, o que lhe permitia manter uma superioridade ao mesmo tempo social e econômica. A partir de meados da Regência, esse quadro foi complementado com a hegemonia política: passaram a governar o Estado. Essa elite, que se identificava como a “boa sociedade”,

“constituía o *mundo do governo*, um mundo que não apenas se via como tendendo a ser naturalmente ordenado, mas também portador da incumbência de ordenar o conjunto da sociedade” (MATTOS, 2004, p. 130).

No final do século XIX, os fatores econômicos (controle do acesso à terra e posse de escravos) não eram mais tão relevantes. Como compensação, as elites passaram a valorizar outros aspectos que, de acordo com sua própria visão, diferenciavam-na do resto da população: a tradição e um comportamento sofisticado e específico. Evidente que esse comportamento pressupunha uma ótima condição financeira, mas o que contava não era o dinheiro. O que antes aparecia como um complemento ou mesmo uma consequência de uma supremacia conquistada por fatores políticos e econômicos passou a ser um dos fundamentos dessa supremacia, daí seu papel crucial.

Não se tratou da primeira ou da última vez que consumo e comportamento foram alçados a parâmetros importantes de distinção social. Segundo a antropóloga Mary Douglas,

Aquilo que se disfarça como uma esfera de consumo desinteressada, amigável, hospitaleira, na prática traça linhas divisórias entre os que estão no controle e aqueles que eles excluem. A etnografia sugere que encontraremos essas esferas de consumo, distintas e hierarquizadas, aqui como entre os tiv e os yurok², e que elas devem fornecer uma base para discernir grupos entre os bens (DOUGLAS, 2004, p. 215).

Para a autora, o consumo é, por excelência, uma área de hierarquização social onde “os ricos que dão o tom continuamente, [e] também o mudam” (DOUGLAS, 2004, p. 147). Essa capacidade de definir as regras do que pode ser considerado um comportamento adequado, Mary Douglas define como controle de informação:

Formulamos nosso argumento sobre os bens em termos do acesso à informação. Os que podem controlar esse acesso agem racionalmente ao procurar uma vantagem monopolística. Sua estratégia racional seria então erigir barreiras contra o acesso, consolidar o controle das oportunidades e utilizar técnicas de exclusão (DOUGLAS, 2004, p. 141).

Por um caminho totalmente diferente, Norbert Elias também chamou atenção para o papel dos hábitos cotidianos como forma de identificação (e distanciamento) de uma elite em relação a outros grupos. Em seu estudo sobre o que chamou de processo civilizador, afirmou:

Essa dependência (da nobreza francesa para com o rei absolutista) explica também o aspecto duplo que os padrões de comportamento e os instrumentos de civilização assumem, pelo menos nesse estágio formativo. Expressam, é certo, um grau de compulsão e renúncia, mas também se transformam imediatamente em arma contra os inferiores sociais, em uma maneira de separar. O lenço, o garfo, os pratos individuais e todos seus implementos correlatos são, no início, artigos de luxo dotados de um valor de prestígio social especial (ELIAS, 1994, p. 154).

Vemos, portanto, que as elites da Corte brasileira estavam em boa e numerosa companhia.

Rubião

Em *Quincas Borba*, encontraremos um pretendente ao mundo da elite em condições completamente distintas. A primeira personagem a merecer nossa atenção é, sem dúvida, o protagonista Pedro Rubião de Alvarenga. Logo na abertura do romance, recebemos informações chave para começarmos a decifrá-lo:

2 Yurok era uma tribo de pescadores e caçadores que vivia no norte da Califórnia em 1920, e os Tiv uma tribo nigeriana existente também no século XX.

O que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 643).

Trata-se então de alguém que enriqueceu rapidamente e que tem a sensação de possuir “desde as chinelas até o céu”. Essa inclinação pela propriedade rapidamente se revela um gosto pelo que é caro, pois afirma, no segundo parágrafo, que se tivesse de escolher entre a sua bandeja de prata e as suas figuras de bronze de Mefistófeles e Fausto, ficaria com a primeira. “Prata, ouro, eram os metais que amava de coração” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 643). Só aceitara as estatuetas depois de convencido pelo Palha de que “era matéria de preço”. E, no terceiro parágrafo, descobrimos também que Rubião gostaria de ter serviçais negros, por estar acostumado aos seus crioulos de Minas, contudo fora convencido a empregar um espanhol pelo mesmo Cristiano Palha, que lhe demonstrou “a necessidade de ter criados brancos”. Ou seja, além da falta de sofisticação – confundida com altos gastos –, Rubião mostrava estar fora de sintonia com os novos tempos, porque preferia ter negros à sua volta, mesmo podendo optar por brancos.

Avançando um pouco mais, sabemos que ele vivera sempre em Barbacena, interior de Minas Gerais, e que lá regia uma escola de meninos. “Antes de professor, metera ombros a algumas empresas, que foram a pique” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 645). Um homem, portanto, sem uma grande vocação, pois bailara do mundo dos negócios para a educação; sendo que, em outro momento, ainda se faz menção a uma possível passagem sua pela vida política³.

Após ganhar inesperadamente uma herança milionária do amigo Quincas Borba, resolve morar na Corte, onde toda a trama se desenvolve. Lá, sua vida é conduzida pela tentativa de ser aceito, de um lado, como igual por uma elite e, de outro, por Sofia, a mulher que ama. Esta vem a ser a esposa do seu amigo tantas vezes citado Palha, que conheceu no trem, na sua viagem para o Rio de Janeiro.

O falso amigo: Palha

Em *Quincas Borba*, assim como em *O Cortiço*, a interação entre duas personagens, que é também entre dois grupos sociais, está no centro das transformações do protagonista. Seguindo a dica do historiador italiano Edoardo Grendi, que afirmou que “a história social é a história das relações entre pessoas e grupos” (GRENDI, 2009, p. 36), nos manteremos atentos a esse processo. De forma sempre indireta, Cristiano de Almeida e Palha também é caracterizado nos três parágrafos iniciais do romance. Significativamente, ele aparece três vezes em um momento em que se está apresentando o protagonista. Sabemos que foi ele quem deu as chinelas de Túnis a Rubião; que o fez aceitar as figuras de bronze de Mefistófeles e Fausto; e, por último, que lhe explicou a importância de ter criados brancos, convencendo-o mais uma vez a fazer algo a que não estava disposto. Há a sugestão, portanto, de que estamos falando de um membro das camadas mais altas – pois dá presentes de bom gosto e sabe que o momento pede que se evite o convívio com negros – e também de alguém que exerce forte influência sobre Rubião. Esta última idéia torna-se mais forte se aceitarmos a indicação de Marta de Senna de que, com a escolha daquelas duas figuras específicas de bronze, “o narrador prenuncia [...] a dissolução mental de Rubião que, de certa maneira, perderá a alma, sob a tutela de Cristiano Palha, arremedo tropical da sofisticação civilizada do Mefistófeles goethiano” (SENNA, 2003, p. 45).

Ao longo da narrativa, ambas as sugestões se confirmam. Durante todo o tempo em que lhes é útil, Palha e sua mulher manipulam Rubião. Quanto ao prestígio de Palha, também teve início com o casamento. A família da esposa era proprietária de terras

3 Em um determinado momento Rubião se refere a um tal Bernardo como “um rival político da localidade” (p. 645).

(ainda que no período em que se passa a história não seja mais do que uma fazendola) e já tinha estado próxima dos círculos mais altos da hierarquia, pois a tia-avó de Sofia era afilhada do vice-rei Luís de Vasconcelos. "Que queria mais?" (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 696). Além disso, trata-se de um comerciante extremamente bem-sucedido, cujo comportamento está de acordo com as expectativas da boa sociedade, e talvez por isso mesmo sua ascensão seja constante ao longo do romance. A situação torna-se tão confortável que ele pode e passa a aspirar a um título de nobreza que, como vimos, estava ao alcance e nos sonhos de uma minoria.

Desde o momento em que Rubião e Palha se encontram, aparecem as diferenças entre as duas personagens:

Cristiano foi o primeiro que travou conversa, dizendo-lhe que as viagens de estrada de ferro cansavam muito, ao que Rubião respondeu que sim; para quem estava acostumado a costa de burro, acrescentou, a estrada de ferro cansava e não tinha graça; não se podia negar, porém, que era um grande progresso (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 658).

Primeiro descompasso estabelecido: Palha, somente para criar assunto, reclama das viagens de trem, provavelmente por ser algo demorado e, por isso, entediante; Rubião concorda com a afirmação, mas por preferir se locomover "a costa de burro". Nada mais distante do urbaníssimo Palha, ou de seus pares, do que gostar de viajar em animais; enquanto que, para o outro, morador de cidade pequena do interior, nada mais comum. O contraste mais interessante vem a seguir.

Da lavoura passaram ao gado, à escravatura e à política. Cristiano Palha maldisse o governo, que introduzira na fala do trono uma palavra relativa à propriedade servil; mas, com grande espanto seu, Rubião não acudiu à indignação. Era plano deste vender os escravos que o testador lhe deixara, exceto um pajem [...]. Demais, a fala do trono, que ele também lera, mandava respeitar a propriedade atual. Que lhe importavam escravos futuros, se não os compraria? O pajem ia ser forro, logo que ele entrasse na posse dos bens. Palha desconversou (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 658).

Machado pôs os dois emitindo suas opiniões sobre a escravidão já na primeira conversa, pois sabia que, naquele contexto histórico específico, não havia matéria mais apropriada para definir posições. Rubião não se importa com o futuro da escravidão porque não possui cativos, e planeja vender ou alforriar aqueles que recebera pelo testamento. Ora, a partir da Lei Eusébio de Queirós, o preço dos escravos subiu tanto que saiu do alcance da maioria da população. Assim, tendo vivido por muito tempo sem ser senhor (se é que o foi algum dia), continuar assim não seria um problema. E o Palha? Sua fortuna não estava vinculada à escravidão, entretanto a fala do trono deixara-o indignado, mesmo tendo sido cautelosa e se referindo apenas à necessidade de se tratar da emancipação. Como homem de negócios, ele sabia que não devia investir em escravos, e de fato não ficamos sabendo sequer se ele os possui; todavia, como um homem da sua posição, não podia tolerar a intromissão – mesmo partindo do imperador – no *status quo*⁴. A situação no final da década de 1860 permanecia muito distinta daquela verificada às vésperas da Lei Áurea, quando a elite urbana da Corte distanciouse da rural e passou a se mostrar indiferente e, finalmente, favorável à abolição.

O que torna a oposição entre as duas personagens ainda mais reveladora é que, mesmo defendendo com afinco a escravidão, Palha sabe que deve tentar, na medida do possível, evitar a convivência com negros, daí o seu aviso a Rubião da necessidade de contratar criados brancos. Já este, mesmo sendo indiferente em relação ao destino da instituição, preferia continuar rodeado por negros, pois estava "acostumado". O

4 Robert Conrad comentou uma carta publicada no *Correio Mercantil*, provavelmente por um grande fazendeiro, em resposta a essa mesma fala do trono, que poderia ter sido escrita pelo Palha. Segundo Conrad, o autor anônimo afirmara que a "escravidão era um erro, uma limitação contra a natureza, [...] mas era 'um erro, uma violência, sancionados, tolerados e legalizados'. 'O governo', advertiu ele, 'não conhece o perigo que corre, pondo-se à frente da idéia (aboliconista), como apóstolo'" (CONRAD, 1975, p. 99 - 100).

posicionamento social de ambos estava marcado desde o princípio, a partir de suas idéias e comportamentos. E, como vimos no caso de João Romão, o comportamento adequado era uma das condições necessárias para ser aceito entre os segmentos mais altos da sociedade, o que nos mostra que a tentativa de ascensão de Rubião será, no mínimo, complicada.

Herança maldita

Comparando as três versões de *Quincas Borba*⁵, Gledson aponta três elementos da história que estavam definidos de antemão: “a herança de Quincas Borba, o triângulo Palha-Sofia-Rubião, a divisão na personalidade de Rubião que acabaria por levá-lo à loucura” (GLEDSON, 2003, p. 123). Examinando com cuidado, vemos que o enlouquecimento em forma de megalomania ocupa também o plano central da trama, pois seu processo está indicado desde a abertura do romance, seja na sua sensação de posse do céu, seja nas referências a Fausto e Mefistófeles. O fato de ser rejeitado pela esposa de seu amigo será um dos fatores responsáveis pela “divisão na sua personalidade”, assim como o recebimento da herança. Este último tem, para este trabalho, extrema importância.

A herança é um dos elementos cruciais para o desenrolar do enredo. Mesmo tendo recebido uma gigantesca fortuna – de “não menos do que trezentos (contos)” (p. 660) – sem ter tido praticamente mérito algum para isso, Rubião considera o fato uma vitória. Tanto é assim que repete acerca de si mesmo o famoso lema de humanitas – ao vencedor as batatas! – que, não satisfeito em não entendê-lo, ainda utiliza-o com sentido inverso ao original. A filosofia pressupunha que a recompensa chegaria depois de uma luta ou de uma ação qualquer pela sobrevivência, o que não ocorreu no seu caso. Esse enriquecimento descomunal e completamente passivo, mas do qual ele se julga merecedor, pode ter contribuído para a sua megalomania, porém existe ainda outro aspecto mais relevante. Na Corte, com muito dinheiro e sem conhecer ninguém, ele se envolve com pessoas sem caráter dos segmentos mais altos da sociedade. Na verdade, acaba sendo envolvido por eles, pois nunca é de fato reconhecido como um par. Faltam-lhe elementos essenciais: o comportamento adequado e/ou o laço com uma família tradicional. O fato de Rubião ter enriquecido instantaneamente, sem passar por um lento processo de aproximação dessa elite, é o principal causador do choque a ser vivido por ele. Por ser do interior de Minas Gerais, essa dificuldade se torna ainda maior. Além disso, sua paixão não correspondida por Sofia inviabiliza o acesso ao topo pela via mais fácil, a do casamento. Dessa forma, o protagonista se encontra rodeado por pessoas que não o vêem como igual, porém ele não consegue compreender o motivo. Seu problema foi bem definido por Marta de Senna:

A personagem central, que não é o Quincas Borba do título [...], Pedro Rubião de Alvarenga, perde a identidade na passagem de professor a capitalista, vítima do olhar dos outros, a quem se entrega na tentativa de encontrar-se e, em função mesmo dessa entrega, acaba por desintegrar-se, irrecuperavelmente (SENNA, 1998, p. 87).

Sem querer reduzir essa definição existencialista da questão de Rubião, mas, ao contrário, pretendendo agregar-lhe uma perspectiva sociológica e histórica, poderíamos colocá-la nos seguintes termos: tentando sair do papel de homem simples do interior e tornar-se parte do *crème de la crème* da Corte, Rubião perde sua identidade antiga, mas não ganha uma nova, já que para isso precisaria da aprovação de seus pretensos pares – o que não consegue devido ao seu comportamento inadequado. Sua origem

5 O romance aparece pela primeira vez em formato de folhetim sendo publicado até julho de 1889, quando sua publicação é interrompida sem que tivesse chegado ao fim. Em novembro do mesmo ano, o autor retoma a narrativa, mas não começa do ponto em que deixara, reescrevendo uma série de capítulos. Finalmente, a versão em livro sai em 1891, com algumas alterações em relação ao que havia saído nos jornais (GLEDSON, 2003, p. 89 - 90).

socioeconômica humilde, somada à questão geográfica, faz com que tenha uma visão de mundo diferente daquela das elites do Rio de Janeiro, gerando interpretações díspares sobre determinados aspectos sociais e culturais, e sua conseqüente exclusão daquele grupo. Transforma-se assim, como afirmou Senna, em “vítima do olhar do outro”. Machado, entre outros incontáveis fatores, foi genial por conseguir tratar de problemas essenciais do ser humano, sempre atento às condições específicas da sociedade em que vivia. Por isso é significativo que, ao procurar retratar um homem que enlouquece em função de sua personalidade dividida, tenha elaborado uma personagem que tenta insatisfatoriamente ascender socialmente. Isso somente confirma a idéia de que se tratava de um processo em que as elites, em grande medida, ditavam as regras. Se o escritor tivesse escolhido um operário ou uma lavadeira para ocupar o papel de Rubião, a história não funcionaria, pois eram mundos claramente distintos. O drama se justifica porque, aparentemente, ele tinha tudo para ser aceito – rico, branco, vivia de rendas, morava na Corte –, no entanto, a aceitação passava pelo aprendizado de um código específico, que ele, apesar de próximo, nunca conseguiu dominar. A narrativa está repleta de exemplos desse comportamento inapropriado, vejamos alguns.

Rubião confunde o consumo sofisticado com gastos descontrolados. Isso fica claro em diversos trechos, como quando contou que recebeu de um amigo uma garrafa de licor de que “gostou tanto que já encomendara três dúzias”. (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 664) Poderíamos também lembrar inúmeros presentes que distribuía, como os charutos que oferecia sempre em grande quantidade aos convidados de sua casa, ou as refeições que fazia questão de servir aos companheiros, mesmo quando ele próprio se ausentava. Havia também os grandes empréstimos a amigos, com pouquíssimas chances de serem pagos, como os que fez ao jornal *A Atalaia*, além da assinatura de outros jornais e contribuições para subscrições. Todos os investimentos rentáveis foram feitos pelo Palha, administrador da fortuna de Rubião, que não se preocupava em tomar conhecimento deles. Aqueles decididos pelo próprio se mostravam desastrosos, como a Empresa Melhoradora dos Embarques e Desembarques no Porto do Rio de Janeiro ou Companhia União dos Capitais Honestos, cujas ações (obviamente) só viram seus valores despencarem. Fez questão também de comprar uma porção de moedas de ouro, porque “tinha a mania de as colecionar, para a contemplação” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 734). Claro que esses hábitos excêntricos atraíam os aproveitadores – e talvez dissimulasse a solidão profunda em que vivia Rubião –, mas é significativo que, novamente, achasse que se aproximaria das pessoas gastando muito dinheiro. E não devemos nos iludir pensando que se tratava de generosidade, pois, um pouco depois de dar seis notas de vinte mil-réis à mãe de um amigo doente – “um caco de velha” – logrou ter “dado uma ou duas notas demais” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 718).

Por outro lado, examinando o Palha, temos um quadro bastante diferente.

Era dado à boa-chira; reuniões freqüentes, vestidos caros e jóias para a mulher, adornos de casa, mormente se eram invenção ou adoção recente, — levavam-lhe os lucros presentes e futuros. Salvo em comidas, era escasso consigo mesmo. Ia muita vez ao teatro sem gostar dele, e a bailes, em que se divertia um pouco, — mas ia menos por si que para aparecer com os olhos da mulher, os olhos e os seios (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 669).

Aparentemente, ele também tinha muitas despesas supérfluas, contudo a impressão é enganadora. Em primeiro lugar, porque, ao contrário de Rubião, que termina pobre, Palha em nenhum momento passa por aperto financeiro e, na verdade, vive um constante enriquecimento, devido ao seu ótimo tino para negócios – também em oposição a Rubião. E, enquanto o gasto de Rubião era desprovido de qualquer lógica – moedas para contemplação, dúzias de garrafas licor, cinco contos para ajudar os flagelados de Alagoas, charutos para os amigos –, o Palha investe em sua imagem social. Ele sabia que devia ser visto; e sempre no lugar certo e da maneira apropriada. Daí, pelo menos em parte, a sua preocupação com a aparência de sua esposa e de sua casa, assim como a atenção com os locais que frequentava. Oferece grandes festas, selecionando bem

os convidados. Lembremos do Major Siqueira, que vai deixando de receber convites do casal à medida que os Palha sobem na escala social. Para receber pessoas importantes em sua casa, enfeita-a com os adornos mais modernos. Além disso, vai a teatro e bailes, certamente também escolhidos com critério. Claro que não podemos ignorar a caracterização psicológica de Palha, que gosta de exibir a mulher e vê-la admirada pelos outros homens; porém a forma como evidencia esse aspecto é específica de seu grupo social.

A preocupação do casal com a sua imagem perante os pares tem ainda outros aspectos. Como não poderia deixar de ser, Sofia toca muito bem piano e fala corretamente o francês, língua que Rubião não domina. A importância dos dois itens é tanta que ela, diante da recusa da prima de dezenove anos em aprendê-los, “mal lhe podia desculpar” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 697). Esta não compreendia a insistência de Sofia, dizendo “que eram coisas supérfluas, que moça de roça não precisa de prendas da cidade” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 700). No entanto, não se tratava de “coisas supérfluas”, mas da reprodução de um comportamento específico, identificador da condição daquela família como distinta das outras. Da mesma forma que não era à toa que Sofia “acostumava habilmente a prima às distrações da cidade; teatros, visitas, passeios, reuniões em casa, vestidos novos, chapéus lindos, jóias” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 701).

Creio que tenha ficado clara a distinção entre Rubião e o casal Palha e, portanto, as razões que determinaram em grande parte o sucesso do último e o fracasso do primeiro, contribuindo para o seu enlouquecimento. Tratemos então da sua loucura.

O consumo na loucura

Não é muito fácil indicar o momento exato em que os sonhos de grandeza se transformam em insanidade. Aqueles estão presentes na narrativa desde o princípio, com a sensação “de propriedade do céu”, mas há uma sequência específica extremamente relevante. No capítulo LXIX, Rubião se dá conta de um rombo em seu cabedal. Seus “gastos particulares eram já grandes; o capital precisava do regime do bom juro e alguma poupança, a ver se recobrava as cores e as carnes primitivas” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 702). Logo depois, desconfia que Sofia tem um caso com Carlos Maria, e fica atordoado com “a possibilidade de um rival de fora” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 705). Terminado esse episódio e seus desenlaces imediatos, Rubião, pensando na possibilidade de casar-se, parece intuir o dilema da divisão de personalidade que está vivendo.

Sim, [um casamento] podia ser também um modo de restituir à vida a **unidade que perdera, com a troca do meio e da fortuna** [...]. Rubião sentia-se disperso; os próprios amigos de trânsito, que ele amava tanto, que o cortejavam tanto, davam-lhe à vida um aspecto de viagem, em que a língua mudasse com as cidades, ora espanhol, ora turco. Sofia contribuía para esse estado; era tão diversa de si mesma, ora isto, ora aquilo, que os dias iam passando sem acordo fixo, nem desengano perpétuo (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 712 - grifos e colchetes nossos).

No entanto, no capítulo posterior aos dois sustos – amoroso e financeiro – e ao momento de extrema lucidez, aparece o primeiro sintoma de que a mania de grandeza está tomando vultos de maluquice.

Antes de cuidar da noiva, cuidou do casamento. Naquele dia e nos outros, compôs de cabeça as pompas matrimoniais, os coches, — se ainda os houvesse antigos e ricos, quais ele via gravados nos livros de usos passados. Oh! grandes e soberbos coches! [...] Mas, enfim, iria de *coupé*; imaginava-o forrado magnificamente, de quê? De uma fazenda que não fosse comum, que ele mesmo não distinguia, por ora; mas que daria ao veículo o ar que não tinha. Parelha rara. Cocheiro fardado de ouro. Oh! mas um ouro nunca visto. Convidados de primeira ordem, gerais, diplomatas, senadores, um ou dois ministros, muitas sumidades do comércio; e as damas [...]. Carruagens após carruagens... Lá vinham os condes de Tal, um varão guapo e uma singular dama

[...].

De repente, o internúncio... Sim, esqueceram-se que o internúncio devia casá-los; lá estaria ele com as suas meias roxas de monsenhor, e os grandes olhos napolitanos, em conversação com o ministro da Rússia. Os lustres de cristal e ouro alumando os mais belos colos da cidade [...]. Cristais da Boêmia, louça da Hungria, vasos de Sèvres, criadagem lesta e fardada, com as iniciais do Rubião na gola (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 713).

Se estendêssemos a citação um pouco mais, descobriríamos que “as noivas que apareciam ao lado de Rubião, naqueles sonhos de bodas, eram sempre titulares”, porém “todas traziam a cara de Sofia” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 713 - 714).

A loucura resolve justamente as duas necessidades da vida de Rubião: o amor de Sofia e a ascensão social. O fato de o casamento ser prestigiado por inúmeros “condes de Tal”, ministros, senadores etc., é a comprovação, em seu delírio, de que todos pertencem ao mesmo mundo. Ele próprio já se vê um titular, como podemos perceber pelas noivas que imagina para si, mas que se torna mais claro quando passa a acreditar que é Napoleão III. A maior ironia é que, ao realizar em sonho as suas grandes ambições, Rubião continua a cometer um dos mesmos erros que o levaram a fracassar na vida real: o consumo de bens caríssimos e sem valor simbólico algum. Exemplos não faltam: um *coupé* forrado com uma fazenda que não fosse comum; um cocheiro fardado de um ouro nunca visto; louça da Hungria; entre outras. Como não conhecia outra, mesmo delirando ele continuava a usar a lógica de quando estava são, julgando que a sua aceitação se daria através de gastos altos e irracionais. Cabe aqui a citação de *Hamlet* feita pelo narrador de Quincas Borba: “Desvario embora, lá tem seu método” (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 736).

Falta ainda um último episódio da sequência a que me referi acima. Quando foi visitar o amigo doente, em um bairro mais pobre, resolve ir andando para observar as pessoas e paisagens diferentes daquelas a que estava acostumado:

Viu ruas esguias, outras em ladeira, casas apinhadas ao longe e no alto dos morros, becos, muita casa antiga, algumas do tempo do rei, comidas, gretadas, estripadas, o cais encardido e a vida lá dentro. E tudo isso lhe dava uma sensação de nostalgia... Nostalgia do farrapo, da vida escassa, acalanhada e sem vexame. Mas durou pouco; o feiticeiro que andava nele transformou tudo. Era tão bom não ser pobre! (MACHADO DE ASSIS, 2004, p. 717).

O conflito entre as duas personalidades de Rubião se dá pela última vez, engendrando uma terceira, fruto da situação que vivera até ali. Não podemos confundir a causa do seu enlouquecimento simplesmente com a vida na Corte no meio dos inescrupulosos da alta sociedade. Como afirmou Marta de Senna, em *Quincas Borba* “não há idealização de nada, já que Barbacena não é espaço de melhora alguma” (SENNA, 1998, p. 90). O problema não residia na influência do local ou das pessoas ao seu redor, mas no choque entre duas visões de mundo diferentes, intercambiáveis somente até certo ponto.

Poderíamos nos estender analisando os desvarios de Rubião, mas eles obedecem sempre à mesma lógica. A única alteração é que, a partir daquele momento, eles acontecem em intervalos cada vez menores e tornam-se progressivamente mais grandiloquentes.

Considerações finais

Primeiro, mais algumas palavras sobre o Palha. Ele representa um tipo importantíssimo no Brasil, especialmente no final do século XIX. Era um fato comum portugueses chegarem aqui e, depois de enriquecerem com o comércio, ascenderem socialmente através do casamento com a elite tradicional, proprietária de terras. A ascensão se realizava, em última análise, pela associação a essas famílias e acesso à propriedade rural, aliado a já existente condição de adquirir muitos escravos. No entanto, a partir de 1850, ocorreu a desvalorização da posse de terras e cativos. Ao

mesmo tempo, chegava à capital um número crescente de imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, que chegavam de uma sociedade onde a mobilidade social estava, pelo menos em tese, aberta a todos – e, de qualquer maneira, mais aberta do que no Brasil. Tudo isso, aliado à progressiva monetarização da economia e à difusão do discurso liberal, fazia da ascensão uma possibilidade mais concreta do que fora até então. Nesse contexto, obviamente a figura do comerciante rico ganhou mais força e passou a ser reconhecido como um membro das elites em potencial, ao contrário do que ocorria na Colônia, quando precisava se tornar um grande proprietário rural para adquirir esse *status*. Não era completamente descabido, portanto, o projeto de João Romão; e completamente compreensível a aparição recorrente de comerciantes bem-sucedidos com ares aristocráticos na literatura do período.

O que causa estranheza é perceber que, mesmo sendo os mais ricos e ocupando um papel cada vez mais destacado, eles ainda recorressem, – como notamos na história de Palha e de Miranda, e na estratégia de João Romão (e, por que não, também a de Rubião, ao escolher Sofia), – nas décadas de 1860/70, a casamentos com famílias tradicionais para verem concretizadas suas aspirações. O que essas uniões lhes ofereciam? Para o Miranda, havia o enorme dote de sua esposa como justificativa possível, mas para João Romão e Palha (e Rubião) os benefícios materiais não existiam. A resposta deve ser procurada em outro canto, e espero ter demonstrado que, naquele momento de crise econômica e social – fim do acesso privilegiado à propriedade rural e, em breve, da escravidão –, a estratégia de uma elite tradicional para se manter no topo e limitar o acesso ao seu nível foi a valorização do prestígio por si só e de um comportamento específico. Àqueles que buscavam chegar ao degrau mais alto da hierarquia social restavam duas opções: aceitar esse jogo de regras estabelecidas por outrem ou mudá-lo completamente. Esta última, escolha necessariamente radical e de consequências sociais difíceis de calcular, não se adequava ao caráter conservador da sociedade. No Brasil, como apontaram Fragoso e Florentino, todos os agentes sociais, inclusive os mais desfavorecidos, como os escravos, desejam somente “poder reproduzir, em uma eventual posição de superioridade, as mesmas estruturas vigentes, i.e., a profunda desigualdade social e econômica” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2000, p. 63).

Voltemos a *Quincas Borba*. Como vimos, a loucura de Rubião estava, desde o início, planejada para se dar em forma de megalomania, assim como também o recebimento da herança, gerando um enriquecimento súbito e uma convivência com um mundo que não era o seu. Ou seja, o autor sabia que um homem, nas condições que elaborara para seu protagonista, não compartilharia ou sequer compreenderia o comportamento daqueles à sua volta. Empurrando a situação ao extremo – e aliando-a a outras circunstâncias como a origem interiorana e a frustração amorosa –, ela convenceria como justificativa não só do enlouquecimento, mas principalmente da megalomania. Como também acontecera a João Romão, a confusão de consumo sofisticado com gasto exagerado e sem critério devia ser algo previsível, daí o “novo rico” da literatura do período desejar comprar sempre mais, julgando estar agindo exatamente como as elites que admirava.

O paralelo com a trajetória de João Romão não é descabido, porém precisa ser feito com cuidado. Trata-se de duas personagens que tentam ascender socialmente e que se deparam com uma “barreira” cultural, para eles intransponível. Além disso, ambas tinham muito dinheiro para gastar de uma hora para outra, ainda que por motivos diferentes: Rubião recebe tudo de uma só vez; João Romão economiza ao longo do tempo, entretanto só passa a usá-lo quando seu rival se torna um titular do Império.

As diferenças também são significativas, já que representam segmentos sociais distintos. Partindo de uma classificação econômica, deveríamos considerar João Romão um membro dos setores médios, pois era proprietário de imóveis, de uma venda e tinha bastante dinheiro. Entretanto, independente desses fatores, pertencia de fato às camadas populares, tanto pelo seu comportamento, como pelo seu círculo de convivência, restrito a pedreiros, desempregados, prostitutas etc. A sua tentativa de ascensão, um pouco improvável, justifica-se pela rivalidade em relação ao vizinho, também comerciante e português, embora casado com uma mulher de família tradicional. O próprio local do

cortiço ajuda a explicar o encontro entre duas pessoas de segmentos distintos, já que Botafogo, até meados do século XIX, possuía grandes sobrados e, a partir de então, começa lentamente a ser povoado por pessoas de baixa renda. Na história de João Romão, portanto, a sua disputa com Miranda ocupa o centro do enredo, sendo a sua tentativa de ascensão social um desmembramento, ainda que fundamental. Em *Quincas Borba*, por outro lado, a ascensão é um dos elementos estruturais da trama. Não sabemos exatamente quais as companhias de Rubião quando este morava em Barbacena, porém tudo indica que fossem de um nível social mais alto que as de João Romão, por ser professor (ainda que de crianças) e ter tido um envolvimento (não explicitado) com política. Parecia mais apropriado para fazer parte do grupo hegemônico da sociedade. É justamente esta uma das mais interessantes e importantes tensões do texto. A todo o momento, a personagem aparenta e pensa estar se comportando de forma semelhante àqueles que precisam aceitá-lo, mas o bom observador nota que existem diferenças importantes – suficientes para que seja rejeitado.

BOUCINHAS, A. D. The Failure of João Romão e Rubião. **Olho d'água**, São José do Rio Preto, v. 1, n. 2, p. 125 - 141, 2009.

Referências

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 35 ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

AZEVEDO, A. *O Cortiço*. São Paulo: Klick Editora, 1997.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1994.

FARIA, S. C. de. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. Desigualdade como pecado original. **Insight -Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 52 - 61, 30/nov./1999.

FRAGOSO, J. L. R. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro, século XVIII. In: OLIVEIRA, M. R. de; ALMEIDA, C. M. C. de (Orgs.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. p. 110 - 150.

GLEDSON, J. *Machado de Assis: Ficção e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GRENDI, E. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, M. R. de; ALMEIDA, C. M. C. de (Orgs.) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 17 - 38.

LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133 - 161.

MATTOS, I. R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obras completas*. 35 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

SENN, M. de. *Alusão e zombaria*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2003.

SENN, M. de. *O olhar oblíquo do bruxo: ensaios em torno de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

